

Secretário afirma que governo vai investigar as denúncias da Anistia

Justiça estuda centros de detenção provisória e atendimento pelo SUS

Ailton de Freitas/22-05-02

Lisandra Paraguassú

• BRASÍLIA. O secretário nacional de Justiça, João Benedicto Marques, disse ontem que o governo brasileiro vai investigar as denúncias de tortura e maus-tratos apresentadas pela Anistia Internacional.

— O governo brasileiro não compactua com tortura em nenhuma hipótese. Nos casos citados, vamos pedir informações aos estados e investigar — disse.

Marques reconhece que dois problemas apontados pela Anistia — a superlotação de presos nos distritos policiais e a falta de atendimento de saúde nos presídios — existem em quase todo o país. No entanto, afirma que os projetos criados recentemente pelo governo brasileiro vão auxiliar na solução.

— Os problemas realmente existem, mas estamos trabalhando para resolvê-los — disse.

Entre as soluções está a construção de centros de detenção provisória, anunciados ontem pelo Ministério da Justiça, mas que dependem de convênios com os estados. Em relação à saúde, os ministérios da Saúde e da Justiça criaram projeto para pôr o atendimento nos hospitais no Sistema Único de Saúde. Mas os governos estaduais também têm que aderir ao projeto.

Grupo vai intervir em rebeliões

• Marques anunciou ontem a secretários de Justiça de todo o país a criação do Grupo de Acompanhamento de Crises, que passará a funcionar em breve para ajudar na solução de rebeliões e motins no sistema penitenciário. Formado por funcionários do próprio ministério, sem orçamento próprio e sem poder de interferir diretamente na administração dos presídios, o grupo tentará ajudar os estados nas negociações em conflitos de grande porte.

— A administração do sistema prisional é dos estados, mas grandes conflitos têm sempre grandes repercussões e são extremamente negativas para o governo brasileiro. O Ministério da Justiça tem que assumir parte da responsabilidade — disse o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior.

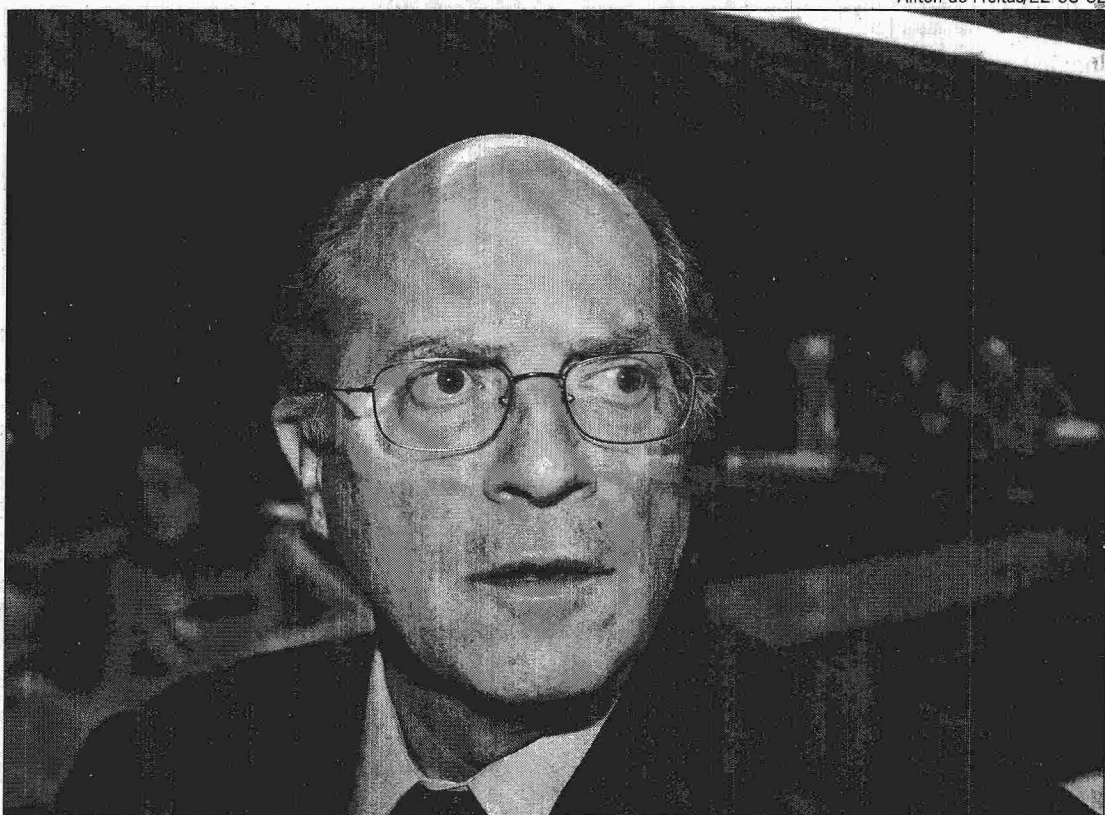
O ministro reconheceu que, em alguns casos, os servidores estaduais não têm condições ou experiência para tratar de rebeliões ou motins coordenados por criminosos muito organizados. Por isso os estados poderão pedir a ajuda do grupo.

A intenção do ministério é, também, que o grupo funcione como uma espécie de serviço de inteligência, repassando informações consideradas importantes sobre as causas das rebeliões. Para isso, serão feitas entrevistas com detentos, agentes penitenciários e policiais.

— A função do grupo não será de inteligência, e sim de acompanhamento, mas se tiver informações importantes vai repassar — disse Reale.

Governo de SP contesta dados

• A secretaria de Segurança de São Paulo contestou os números da Anistia Internacional. Segundo a entidade, 481 pessoas teriam sido mortas pela polícia paulista no ano passado. Em nota oficial, a secretaria informa que 459 pessoas resistiram à prisão e morreram em confronto com a polícia. Segundo dados do governo, 2.330 pessoas foram mortas por policiais no estado, de janeiro de 1996 a dezembro de 2001. ■



MIGUEL REALE JÚNIOR: "Grupo de Acompanhamento de Crises vai trocar informações com estados"